

**Incursoão protestante no Legislativo Federal: principais pontos nodais
das dinâmicas e imbricações no pós-1985¹**

**Gabriel Silva Rezende²
Júlia Lima Santana³**

Ao analisarmos o mundo contemporâneo, não é a secularização que se percebe, mas um enorme aumento de movimentos religiosos. Chamando atenção aos pesquisadores por motivos claros, o ressurgimento islâmico e a espetacular expansão global do protestantismo evangélico, em sua versão pentecostal, que coloca em xeque, portanto, a concepção de que a modernidade, necessariamente, levaria ao declínio religioso. O colapso da União Soviética (e seu socialismo real), a concretização da União Europeia e o aumento exponencial tecnológico, foram fatores que permitiram a velocidade informacional e de fluxo de capitais e pessoas, até então nunca vistos. Sendo neste ponto, a efetivação da pluralidade advinda da modernidade, que permite a capacidade individual de escolher diferentes visões de mundo, dentre as quais a religiosa. Nesse sentido, o Estado Laico se vê mediante a uma sociedade civil, marcada por diversos posicionamentos religiosos de caráter muitas vezes representativos e funcionais (vide bancada evangélica no Congresso Nacional). Tal cenário, portanto, fomenta um intenso debate a respeito dessa permeabilidade das fronteiras do religioso e do político, bem como a crítica a teoria social, que tem como seus pilares as teorias da secularização. Deste modo, se propõe no presente trabalho analisar a incursão protestante na política brasileira

¹ GT 5: Colonialidades e de(s)colonialidade do crer, do saber e do sentir: implicações epistemológicas nos estudos da religião.

² Mestrando em Sociologia Política pelo IUPERJ e bolsista da CAPES. Contato: gabrielsrezende10@gmail.com

³ Mestranda em Sociologia Política pelo IUPERJ e bolsista da FAPERJ. Contato: julialimasantana@gmail.com

pós-1985, bem como as dinâmicas e imbricações da mesma na atual conjuntura da bancada evangélica no legislativo federal, e a “politização” proposta pelos parlamentares evangélicos através das “jornadas nacionais em defesa da vida e da família” para segmentos da sociedade civil, os engajando afim de uma instrumentalização religiosa para a política.

No caso brasileiro, a liberdade religiosa resultante da secularização do Estado, e a formação e expansão do pluralismo religioso acirrou a concorrência religiosa. Permitido através do rompimento com o monopólio católico, a possibilidade que outros grupos religiosos pudessem ingressar e se estruturar no país, disputando novos espaços e consolidar sua presença institucional na sociedade. Abrindo caminho para que a lógica de mercado passasse a orientar as ações religiosas e organizacionais de vários grupos religiosos, de sobre maneira os pentecostais. Não significando que essa lógica predomine atualmente nessas denominações, principalmente devido ao fato de que, as igrejas desse movimento religioso serem demasiadamente diversificadas em certos pontos institucionais, teológicos e organizacionais (MARIANO, 2003).

Há também o valor simbólico, de acordo com Fox (2006), ao perceber que a modernidade alterou certos princípios morais e valores tradicionais, a religião tende a manter-se como uma constante, pois certos grupos de pessoas buscam uma espécie de resgate moral, além da própria tecnologia que a auxilia, tornando a religião mais acessível a todas as partes, podendo angariar um número cada vez maior de fiéis, através de meios de comunicação como ocorre no Brasil e demais países do globo.

Portanto, essas igrejas buscam mobilizar esforços evangelísticos para atrair e recrutar por meio do uso da mídia e demais fontes de proselitismo novos fiéis. Em que alcançam visibilidade mais intensa de lideranças defensoras de ideias e posturas explicitamente conservadoras e que se apresentam como modernas, pertencentes

aos novos tempos, em que a religião tem como aliados o mercado e as tecnologias. Podemos identificar neste contexto uma nova face do conservadorismo religioso, um neoconservadorismo, que emerge como reação a transformações socioculturais que o Brasil tem experimentado, em especial a partir dos anos 2002, com a abertura e a potencialização de políticas públicas voltadas para direitos humanos e gênero. Ou seja, em contraposição a multiplicidades de agendas no espaço público contemporâneo (movimento LGBTT, nova estrutura familiar, aborto e etc) que colocaram, segundo algumas lideranças evangélicas, em xeque a “cultura cristã”. Estabelecendo, assim, o que Alain Touraine (2006) classifica como: *resource mobilization*. Não são, propriamente, movimentos sociais clássicos, mas, ações coletivas que entram em conflito no espaço público, almejando maior participação no sistema político.

No qual, a premissa inicial dos pentecostais de se absterem da arena política cai por terra, no momento em que os pastores ou demais religiosos pertencentes a esses grupos de interesse, percebem o número crescente de evangélicos na população brasileira (e provavelmente ao quórum de eleitores de suas igrejas ou demais afinidades), visavam desmistificar a ideia dominante no cenário dos anos 1980 do qual “*política não era lugar para crente*” e adotando o slogan “*irmão vota em irmão*”, logrando cadeiras nas Câmaras Legislativas, em nível estadual e federal, culminando nos processos iniciais que mais tarde daria forma a bancada evangélica.

Uma vez que, o ator evangélico tende a acentuar a centralidade da esfera religiosa sobre as demais, marcando sua identidade evangélica nos mais variados palcos da vida social (Smirdele, 2013), dentre eles o político. Portanto, o avanço do processo de pentecostalização do campo evangélico, tende, a demonstrar uma espécie de reafirmação da esfera religiosa para compreensão do mundo político, ao contrário, da tendência moderna da laicização do Estado e da pertença religiosa correspondente a esfera privada do indivíduo. A abordagem literária acerca do

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

engajamento político pentecostal, em Smirdele (2013), Mariano (2001), Oro (2003), entre outros, identificaram pré-condições que tornam os fiéis pentecostais predispostos ao engajamento político-eleitoral, quando estimulados por lideranças eclesiais e carismáticas.

Danièle Hervieu-Léger (2009) apresenta sua concepção de estado laico como aquele no qual “as autoridades religiosas não fazem parte da regulação da vida pública, e que a elaboração do Direito é responsabilidade apenas do poder público”, todavia como demonstra Machado (2012, p. 82), no caso brasileiro a pressão das igrejas e a intensa participação de lideranças religiosas no poder público revelam as dificuldades de implementação desses princípios. Tal *práxis* deriva-se da maior presença de lideranças religiosas e na crescente participação política dos mesmos. Bohn (2004) explicita que os evangélicos, especialmente os pentecostais, estão mais expostos às lideranças religiosas e têm seus valores construídos e sedimentados a partir dessas influências, diferentemente de outros grupos religiosos, como católicos e espíritas.

Consequentemente temas morais e religiosos passam a angariar cada vez mais espaço na arena política e nas discussões na esfera pública contemporânea. Para a ampliação deste espaço público foi e está sendo crucial a capacidade de mobilização das Jornadas, iniciadas em 2007, ambiente em que os parlamentares levam discussões sobre aborto, casamento homossexual, pedofilia, valores familiares entre outros. Marcado pelo envolvimento da militância religiosa jovem, através passeatas de jovens contra a maconha, marchas para Jesus e outras mobilizações. Por conseguinte, a discussão e o debate desses temas entre os fiéis parte da apresentação do ponto de vista da FPE. Demonstrando maior envolvimento da sociedade, especialmente da juventude, em temáticas que estão em debate no Congresso Nacional.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

Machado (2012b) aponta que no campo da sociedade civil, os atores religiosos se envolvem nos mais diversos conflitos, como o caso do movimento LGBTT do Rio de Janeiro em que o pastor Silas Malafaia, líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, nos últimos cinco anos, combateu de modo sistemático na mídia eletrônica as demandas de união civil e o PL 122, e em 2010, começou a realizar uma campanha em outdoors instalados nas principais avenidas da capital fluminense para difundir suas opiniões com relação à sexualidade humana e tentar influenciar as comunidades evangélicas naquele ano eleitoral. (Fato que se repete nas eleições municipais de 2016, através de suas publicações na rede social Twitter).

A autora ainda discerne sobre o fato de que as muitas denominações dentro do universo fragmentário evangélico, interpretam a participação na política partidária e nas disputas eleitorais como essenciais à ampliação e ao fortalecimento de suas respectivas igrejas no campo evangélico e frente ao grupo confessional hegemônico no país. A crescente participação dos atores religiosos nas disputas eleitorais, na política partidária e no legislativo, assim como a utilização da influência das estruturas eclesásticas e seus integrantes dos instrumentos jurídicos sugerem que os mesmos reconhecem a centralidade do Estado e da esfera jurídica na vida social (Machado, 2012b).

A Frente Parlamentar Evangélica demonstra a capacidade de mobilização de recursos entre os parlamentares de diferentes igrejas e dos mais variados partidos que se unem em torno de temas de seu interesse, normalmente envolvidos de propostas de cunho moral, ou ainda quando há interesses institucionais de suas igrejas. Esses temas morais muitas vezes tornam-se suprapartidários (ultrapassando os próprios interesses partidários). Além de um movimento de retroalimentação, em que a força política de mobilização das igrejas que os apoiam tornam-se crescente, seja por meio das Jornadas, como a Marcha para Jesus com seu caráter pragmático e normativo de sociedade cristã (o que vale também para a Jornada

Mundial da Juventude, da Igreja Católica Romana), bem como ao apelo a essas manifestações que surtem efeitos na sociedade, já que essas manifestações angariam espaço nos debates públicos e acarretam efeitos dentro do Congresso Nacional.

Marcado pela atual legislatura (2015-2018) como um dos mais conservadores desde a redemocratização, reflete ao menos o caráter também conservador da sociedade que o elege. O que muitos estudiosos interpretam como “retrocesso” as ações da bancada (Projetos de Lei, Emendas Constitucionais e interferências) de defesa aos valores religiosos, em tensão com as liberdades individuais, principalmente quando se trata acerca da sexualidade e as decisões sobre o uso do corpo, entendidas como derivadas da ampliação religiosa no Congresso, primordialmente das mobilizações da FPE, não se trata isoladamente da contingência da bancada evangélica e nem assim poderia ser, visto que, apesar de configurar-se como a terceira maior bancada do Congresso, não dispõe da minoria simples nem nas votações da Câmara dos Deputados (pelo menos 257 deputados, quórum exigido para aprovação da maioria das matérias, entre elas os projetos de lei ordinária). Muito menos coesão dentro da própria Frente, como visto anteriormente. Contudo, a ética e os valores das instituições religiosas tendem a orientar os posicionamentos parlamentares na elaboração de leis e na sua conduta legislativa.

Questão de identificação e seu reflexo na bancada protestante

O visível crescimento da bancada protestante pode ser utilizado para analisarmos a amplitude de outro fenômeno: a questão da identificação política.

Intensificado pelos eventos políticos dos últimos anos, a identificação política vem se mostrando com uma tendência ao descolamento da figura do

político clássica e se aproximando de novos políticos que demonstram proximidade com os valores éticos dos eleitores. Ou seja, existe a tendência de que o voto seja direcionado para aquele candidato cujo qual o indivíduo ou determinada comunidade compartilhem uma visão de mundo semelhante, já que mediante as transformações da sociedade pós-moderna, é possível exteriorizar diferentes nuances de visões e opiniões, agora se faz necessário que elas sejam manifestadas por um representante legislativo. Mas qual seria um dos impulsionadores desse movimento?

É possível observar que os escândalos de corrupção alicerçam essa mudança na visão da figura política, a partir do momento em que existe uma revolta mediante a essas informações, nem mesmo o “rouba, mas faz” vem sendo capaz de acalantar o sentimento que repudia qualquer associação à política. Dessa forma, o universo da política traz consigo um rótulo pesado que provoca um desdém na maioria da população. Mesmo sendo seres político por natureza, cada vez mais se observa um sentimento misto de repúdio e frustração. Sendo assim, se pode dizer que o principal motivador desse processo é a descrença. Ela que impulsiona o afastamento do que a política em si, representa.

Motivado pela descrença, observa-se o movimento de identificação com outras figuras que se utilizam do discurso de que não são políticos tradicionais, justamente para adentrarem nesse nicho de eleitores decepcionados e inertes em uma espécie de limbo político.

Sendo assim, é possível observar um aumento no número de representantes que se elegem não pelo escopo político, mas sim pelo seu sucesso em outra esfera social. O político pode ser chamado de gestor ou pastor, mas o que importa é que sejam aplicados à sua conduta política, os mesmos preceitos que levaram a identificação por parte do eleitor e a consequente eleição. Ou seja, a figura do

representante tem outras facetas que imprimem seu significado social a partir de sua conduta.

Desta maneira, constitui-se uma rede de pensamento que fundamenta a compreensão do aumento no número de pastores no legislativo, a partir do momento que consideramos dois fatores: a desilusão política e a identificação de valores.

É importante salientar que esse último em especial, está diretamente ligado à conduta ética e reprodução de valores, nesse caso particular, os da igreja. No entanto, esses representantes não legislam apenas para os indivíduos que também são fiéis da igreja, e sim para a sociedade como um todo. O que faz com que exista a possibilidade de que os conceitos e valores de um determinado grupo sejam impostos ao corpo social mesmo que este não concorde. Por enquanto não existe número suficiente de membros da bancada evangélica para aprovação de projetos sem que haja aliança com outros deputados, mas a tendência é que esse número cresça, fortalecendo e fomentando os projetos e leis como potenciais instrumentos de manipulação de modo de vida. O que coloca em cheque, justamente a pluralidade do mundo pós-moderno.

Referências Bibliográficas

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, v. X, n. 2, Campinas, out. 2004, p. 288-338.

FOX, Jonathan. *The Multiple Impacts of Religion on International Relations: Perceptions and Reality in Religion and International Relations* (2006). Disponível em: http://www.ifri.org/files/politique_etrangere/4_2006_Fox.pdf

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado em sociologia, Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the case of Rio de Janeiro. *Religion, State & Society*, v. 40, n. 1, mar. 2012a.

_____. Religião, Cultura e Política. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(2): 29-56, 2012b.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da Secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas*, Porto Alegre, v.3, nº 1, junho. 2003.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religiosos e político brasileiros. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53. São Paulo, 2003.

SMIRDELE, Carlos Gustavo Sarmet Moreira. *Modernização à brasileira: o tempero pentecostal da política nacional*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2013.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, v. 16, n. 1, p. 29-57. Juiz de Fora, 2013.